



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL
CURSO BACHARELADO EM HUMANIDADES

AMANDA SILVA DE SOUZA

**A temática indígena nas escolas municipais de Redenção/Maciço de Baturité/
CE**

REDENÇÃO-CE

2017

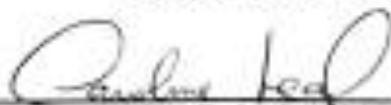
A temática indígena nas escolas municipais de Redenção/Maciço de Baturité/ CE

AMANDA SILVA DE SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-brasileira, como exigência para a obtenção parcial
do título de Bacharel em Humanidades.
Orientadora: Profª Drª Caroline Leal

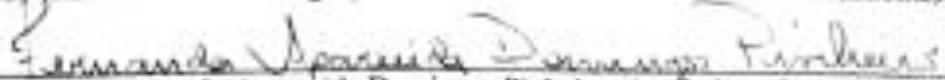
Data de Aprovação: Redenção-CE, 20 de Agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA



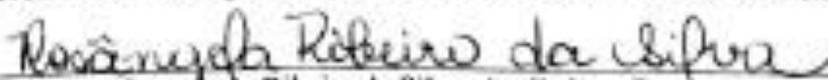
Caroline Farias Leal Mendonça, Dra.

(Orientadora - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).



Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro, Avaliadora, Dra.

(Membro 1 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).



Rosângela Ribeiro da Silva, Avaliadora, Dra.

(Membro 2 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela oportunidade concedida a mim.

À meus pais Francisco Geraldo e Eronice Oliveira que sempre estiveram ao meu lado nessa jornada e ao meu filho Davi Lucas.

Agradeço aos meus irmãos que me apoiaram neste processo de formação.

À Felipe Vieira por ter me apoiado nesta longa trajetória e a todos /as os meus amigos/as em especial Marcelo Ribeiro e Milena Andrade pelo apoio e confiança, e por acreditar que eu conseguiria.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira pela oportunidade de cursar o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

À minha orientadora Caroline Leal pelo empenho e dedicação para elaboração do tema deste trabalho, pelo suporte e as correções em todos os momentos do percurso de criação.

Sumário

1-INTRODUÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA	7
3.OBJETIVOS	11
3.1Objetivo Geral:	12
3.2 Objetivos específicos:	12
4. PROBLEMATIZAÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA	12
5- REFLEXÕES METODOLÓGICAS	16
6. CRONOGRAMA	19
7. REFERENCIAS	21

1-INTRODUÇÃO

Como moradora do próprio maciço de Baturité não sabia que havia uma população expressiva de povos indígenas na região. Foi na Unilab, por meio de palestras realizadas com os próprios indígenas, com apoio de professores indigenistas e/ou pesquisadores/as da temática indígena, que tomei conhecimento da presença indígena na região.

Segundo dados da Comissão de Povos Indígenas do Ceará (Copice) são 14 etnias, em 19 municípios e com população de 32.000 indígenas. Vejamos no quadro a seguir:

Quadro 1- Povos Indígenas no Ceará

Povos Indígenas	Municípios onde habitam
Tapeba	Caucaia
Tremembé	Itarema, Acaraú e Itapipoca
Pitaguary	Maracanaú e Pacatuba
Kanindé	Aratuba e Canindé
Jenipapo-Kanindé	Aquiraz
Potiguara	Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Tamboril
Tabajara	Crateús e Monsenhor Tabosa, Poranga, Quiterianópolis e Tamboril
Tapuya-Kariri	São Benedito
Kariri	Crateús
Kalabaça	Crateús e Poranga
Anacê	São Gonçalo do Amarante e Caucaia.
Gavião	Monsenhor Tabosa
Tubiba-Tapuia	Monsenhor Tabosa
Tupinambá	Crateús

Fonte: FERNANDES, 2017

Apesar desta significativa quantidade de etnias no Ceará, como demonstra o quadro acima, minha primeira observação foi em uma aula na escola que estudei em Redenção na disciplina de História, quando o professor abordou a questão indígena com apoio do livro didático, mas a ênfase dada no livro foi o colonizador como sujeito da história. Isso me deixou pensativa, porque os portugueses eram vistos como tendo sido benéficos para os povos indígenas, eu percebia uma certa romantização nessa versão da história. Já na disciplina de Literatura a abordagem da professora colocava o indígena como sujeito da história e o livro que ela nos apresentou destacava os povos indígenas como sendo de fato os primeiros habitantes no continente. A partir destas duas abordagens tão diferentes surgiram várias indagações, como: porque a gente

comemora o dia do índio como se ele não fosse parte do presente? Porque a escola reforça a ideia do índio como sendo do passado? Porque as aulas de História colocavam o colonizador como algo benéfico e as aulas de Literatura o português era colocado como invasor?

Essas respostas comecei a encontrar na minha experiência como discente do curso de Bacharelado em Humanidades na Unilab. Com as disciplinas sobre povos indígenas ofertadas no curso, pude aprender e perceber o processo de colonização violento que esses povos passaram, e como foram se reafirmando e resistindo mesmo depois de quinhentos anos de opressão, como foram se adaptando no cenário político contemporâneo e as formas próprias de se organizarem para lutar pelos direitos e pela demarcação de suas terras. Segundo Edson Silva, “pensar os povos indígenas é, então, pensar sempre em experiências plurais e diferenciadas” (2013, p.124).

Na Unilab descobri que no Maciço do Baturité tem dois povos indígenas: os Kanindé no município de Aratuba com uma população de 659 indígenas (FUNASA, 2010) e os Pitaguary no município de Pacatuba com uma população de 3.765 indígenas (FUNASA, 2010)¹. São povos que habitam a região há mais de um século resistindo a invasão de seus territórios tradicionais e, apesar das ameaças contra seu patrimônio territorial e cultural, pude ver em seus relatos o histórico de lutas, especialmente pela demarcação dos seus territórios tradicionais, busca do respeito a sua identidade histórica diante de uma sociedade que nega a presença indígena.

O contato direto com a realidade indígena na Unilab trazendo informações contemporâneas, mostrando que os povos indígenas não são assunto do passado, me despertou várias inquietações, pois como podemos nós, moradores do Maciço de Baturité, desconhecermos uma presença tão significativa? Fiquei me perguntando o porquê do dia do índio nas escolas. E porque as escolas trabalham o dia do índio tão distante da realidade, folclorizando e apresentando os índios como grupos exóticos e habitando longe de nós? Essa foi a minha experiência na escola em Redenção e por isso percebi o porquê de sermos tão desinformados sobre essa realidade pluricultural tão importante aqui no Maciço.

Contudo, vale registrar a crítica, que mesmo na Unilab, situada no Maciço de Baturité, com essa população expressiva de povos indígenas, não havia até 2016 qualquer vínculo direto desta universidade com os povos indígenas, nem tampouco disciplinas que abordassem a temática. Mesmo hoje, percebo que não há muita divulgação das disciplinas que abordam sobre os povos indígenas, nós alunos/as que descobrimos e ficamos fazendo a divulgação uns para os outros. Diante disto, fica também a pergunta: como

¹ A Fundação Nacional da Saúde realiza os censos indígenas através das equipes de saúde que atuam nas aldeias, por isso os dados não contemplam as famílias desaldeadas, isto é, aquelas que estão fora do território indígena vivendo nas proximidades e mantendo relações com os familiares nas aldeias. Portanto, os dados populacionais podem ser maiores do que os oficiais.

pode uma universidade da integração, não “integrar” esses povos? Integrar no sentido de incluir tanto como conteúdo nas disciplinas como na condição de alunos/as para se fazer presente na pluralidade cultural desta universidade.

Minha intenção é continuar meus estudos na área da Educação, por isso me sinto mobilizada a pesquisar sobre a temática indígena na escola evidenciando a relevância que há no trabalho pedagógico sobre os povos indígenas. Acredito na importância de mostrar aos alunos/as em sala de aula essa pluralidade que temos no Brasil a fim de reconhecer a sociodiversidade presente, o reconhecimento das identidades destes povos, a luta por seus territórios tradicionais e mostrar que os indígenas são povos que lutam pelos seus direitos.

2. JUSTIFICATIVA

A temática indígena é de extrema importância para ser trabalhada nas salas de aula, pois nos possibilita compreender a formação histórica, social e cultural do Brasil. Possibilita também a ruptura do pensamento etnocêntrico, ou seja, romper com os padrões impostos pelo colonizador como a hierarquização da cor branca, que se pretende superior e por isso discrimina a cultura do outro e tenta impor uma identidade genérica, por achar que a sua melhor. É importante romper com esse pensamento reconhecendo a sociodiversidade que há no Brasil, compreendendo que a cultura não é homogênea como nos foi repassado na nossa experiência escolar. E essa ruptura nos faz sujeitos da nossa própria história, como afirma Edson Silva,

A nossa sociedade como resultado da organização e mobilizações dos movimentos sociais se descobre plural, repensa seu desenho: o Brasil não tem uma identidade única! Somos um país de muitos rostos, expressões socioculturais, étnicas, religiosas, etc. (SILVA, 2013, p5)

A presença indígena no estado do Ceará é muito expressiva, mas na minha própria experiência escolar não tive contato algum com os povos indígenas, exceto pelas poucas discussões mediadas pelo livro didático, e até mesmo desconhecendo a presença dos mesmo no Maciço de Baturité. Nos livros didáticos e até os professores abordavam os povos indígenas como povos do passado e não como sujeitos do presente, como sujeito que faz parte do folclore brasileiro, além de abordar o branco como o sujeito da história.

O contato com a temática indígena na Unilab, com os próprios povos indígenas que estiveram presentes em palestras na universidade e nas aulas de campo nos territórios indígenas, me fez perceber que a

minha trajetória escolar acabou contribuindo para uma desinformação sobre os povos indígenas. Diante dessa situação de não ser trabalhada a questão indígena na minha formação regular, vejo a importância de dedicar um estudo para isso, pesquisar para produzir um conhecimento que ajude a mostrar o que é o movimento indígena, e como os povos indígenas vivem diante do contexto de uma sociedade preconceituosa, como os mesmos têm a mesma luta por direitos e de recursos que qualquer grupo social que vivem em desvantagem social e econômica luta.

Estudando sobre a realidade indígena no Brasil e no Nordeste compreendo que a luta destes povos não é apenas uma questão de terras, no sentido econômico e do trabalho, mas é o lugar deles, é seu território que foi tomado por fazendeiros e por empresários. Para os indígenas a terra é sagrada, tem uma história de um povo e por isso um significado muito importante para eles. Estes povos têm um contato especial com seu território, há uma ligação espiritual com sua ancestralidade que Paul Little vai definir pelo conceito de cosmografia:

os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p.4).

Ao participar de uma aula campo na disciplina de Educação Intercultural Indígena (2016.1) tive a oportunidade de conhecer a comunidade indígena Anacé, localizada no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza. Este povo está vulnerável em relação , ao seu território por conta do empreendimento do Complexo Portuário do Pecém² e o Projeto da Transposição do Rio São Francisco³, que os atingem diretamente. Ao ouvir as falas das lideranças que nos receberam, compreendemos o quão grave é a situação que eles sofrem, cada vez mais as indústrias querem invadir as comunidades, amedrontando os moradores. Em um dos relatos foi dito que chegou um tempo em que alguns índios da comunidade criaram a

²Complexo Portuário do Pecém é um projeto que foi criado para beneficiar as elites e está integrado com o projeto da Transposição do Rio São Francisco que passa diretamente nas terras do povo indígena Anacé. Segundo site oficial “A implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém tem o objetivo de fortalecer e dar sustentabilidade ao crescimento do parque industrial do Ceará e do Nordeste, possibilitando a promoção de atividades industriais integradas” C.f.: <http://www2.cearaportos.ce.gov.br/complexo.asp>.

³A transposição do rio São Francisco é um projeto de deslocamento de parte das águas do rio São Francisco, no Brasil, nomeado pelo governo brasileiro como "Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".O projeto é um empreendimento do Governo Federal, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional – MIN. A obra prevê a construção de mais de 700 quilômetros de canais de concreto em dois grandes eixos (norte e leste) ao longo do território de quatro Estados (Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte) para o desvio das águas do rio. C.f.: https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco

associação dos não-índios, onde eles não se consideravam indígenas, devido ao medo de serem reconhecidos e conseqüentemente ameaçados, despejados ou até mesmo mortos.

O povo Anacé está sendo expulsos de sua terra tradicional e, parte da comunidade, está sendo removida para uma reserva comprada pela Funai na mesma região. Dona Valdelice Anacé se emociona ao falar da possibilidade de ter que sair de sua terra, onde foi nascida e criada, onde viu seus filhos e netos crescerem, ela chora ao pensar que a terra fértil que existe em sua comunidade dará lugar a um terreno que talvez não de para fazer plantação e imagina ter que deixar as arvores, flores e frutos que tanto alimenta e embeleza a comunidade. Ela lamenta ter que aprender a viver em um outro lugar, ter que reaprender a viver: “Nossas terras são sagradas, nossos guardiões habitam lá, nossos troncos velhos que já tombaram vivem em nosso território é lamentável saber que existe essa possibilidade de sermos removidos do nosso lugar” (Relato de dona Valdelice Anacé).

As disciplinas que cursei no BHU sobre as populações indígenas me possibilitaram aprender e entender toda essa significação de lutar pelo território e pela identidade de seus povos, e deste modo poder repassar o quanto é importante abordar a temática indígena nas escolas como forma de desconstruir o pensamento colonizador. Mostrar que os povos indígenas são essenciais na construção social, política e cultural do país, e que eles sempre fizeram parte da sociedade, sempre estiveram presentes, apenas estavam sendo oprimidos por não responder padrões impostos pelo colonizador. A população indígena é retratada com discriminação, a sociedade brasileira critica com palavras pejorativas o indígena como um ser selvagem, pessoas preguiçosas, ou até mesmo que só e “índio” se estiver despido, e morar em uma área isolado. O pensamento recorrente é o de que o indígena não pode mudar elementos da sua cultura, como podemos pensar assim se a sociedade está sempre em processo de transformação e adaptação de algo novo? Isso sem ao menos buscar conhecer um pouco da história, baseando-se apenas no senso comum que foi construído pelo homem branco?

Isto me motivou a pesquisar este tema, investigar se a lei 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, mudou a realidade do ensino em Redenção no sentido de uma abordagem mais apropriada sobre os povos indígenas. Isso implica a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

E não apenas abordar, mas tratar a questão de forma atualizada, qualificada, bem informada, atenta as transformações da contemporaneidade. Digo isso porque observo que na escola a temática indígena é

trabalhada indiretamente, não como base curricular, mas como conteúdo demonstrativo e folclorizado, como o “dia do índio”, ou nas aulas de artes para a criança fazer o cocar, se pintar, reproduzindo a imagem do “índio genérico”, ao invés de mostrar os povos indígenas como sujeito políticos e autônomos por meio do movimento indígena, sua forma de organização e sua luta pelos seus direitos, atribuindo novos significados sobre estes povos e mostrando o lugar que os indígenas estão conquistando através de sua luta, principalmente desde a Constituição de 1988.

Comecei a pesquisar sobre o tema fazendo uma revisão bibliográfica direcionada para pesquisas sobre a temática indígena nas escolas situadas no Maciço de Baturité e não encontrei nenhum trabalho. Ao ampliar a região da pesquisa para o Ceará os resultados mostraram uma forte ênfase nas questões afro-brasileiras. Então eu percebi que mesmo com a Lei 11.645/2008 o interesse de pesquisa sobre a educação das relações étnico-raciais focava mais na temática negra e não indígena. Isso reforçou meu interesse em discutir essa temática.

Como a revisão bibliográfica inicial não trouxe dados sobre as escolas no Maciço, decidi fazer uma pesquisa de campo de caráter preliminar, no município de Redenção, para obter informações iniciais para este projeto.

A escola selecionada foi a Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dr. Edmilson Barros de Oliveira, está situada na região Maciço de Baturité, no município de Redenção-CE. A instituição atende atualmente em média 350 alunos nos dois turnos. São onze professores/as efetivos, todos/as com formação em grau superior, a escola trabalha com os níveis de ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) em dois períodos, tarde e noite. A estrutura da escola é dividida em dois pátios sendo um coberto e outro não, sala de leitura, sala de vídeo, sala de computação, sala de professores, sala do núcleo de gestão, banheiros para alunos e funcionários e sala do programa Mais Educação.

Através de uma entrevista realizada no dia 16 de fevereiro de 2017 com a coordenadora pedagógica⁴ tive meu primeiro contato com a escola, tendo por objetivo conhecer como está sendo abordada a temática indígena na sala de aula. Segundo a coordenadora só é abordada “um pouco no eixo cultural do programa Mais Educação”, mas como algo folclorizado e mistificado relacionado a algo exótico que só existiu no passado, segundo ela mesma reconhece. Também há comemoração do “dia do índio” na escola, no qual este é visto como guerreiro, o que cuida da floresta, demonstrando a permanência destas práticas curriculares desatualizadas e embasadas nos estereótipos discutidos acima.

⁴ Por se tratar de uma pesquisa de caráter preliminar, que pode ser compreendida mais como um primeiro contato com o campo e os/as interlocutores/as da pesquisa, não vou citar o nome dos/as entrevistados. No processo da pesquisa a ser realizada na terminalidade buscarei as devidas autorizações.

A professora também explicou que são mais trabalhados assuntos sobre questões afro-brasileiras como origem do povo brasileiro e não se tem nada sobre os indígenas. Ela afirmou na entrevista que é descendente de índio e acha importante estudar e trabalhar as questões indígenas no Brasil e sensibilizar os estudantes e toda a instituição que somos herdeiros das três etnias: do índio, do negro e do português. Ao final da entrevista ela analisa que a grande dificuldade está na falta de professores/as com formação nas questões indígenas e por não ter na política de educação municipal uma capacitação aos docentes.

No período de formulação deste projeto ocorreram as reformas da educação pelo atual governo federal, no qual o ensino da história passa a não ser obrigatório e, neste contexto, a implementação da Lei 11.645/2008 que ainda nem estava totalmente assegurada passa a correr risco de abandono. Para entender melhor esta conjuntura, junto com minha orientadora, buscamos ouvir a opinião do prof. Edson Silva da UFPE⁵, especialista no tema, ele explica que:

Ainda não está evidente os impactos da reforma do EM em relação as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Todavia, se História passa a ser opcional nas séries finais do EM, logicamente as discussões históricas sobre as relações étnico-raciais não serão mais realizadas...É previsto que a reforma do EM terá um tempo para adequação nas escolas, mas ainda está tudo muito confuso e não sabemos como ficarão as abordagens dos conteúdos. Contudo, lembremos que a onda conservadora atual em todos os âmbitos e a chamada "Escola sem partido", tem procurado influenciar o ensino, embora com muitas resistências das associações do professorado nas várias áreas do conhecimento. Algumas ideias para TCC seriam avaliar imagens e discursos sobre os índios nos livros didáticos usuais nas escolas pós Lei nº 11.645/2008; ou quais os conteúdos sobre a temática indígena são lecionados, pensando a partir da formação de professores; ou ainda imagens e discursos de alun@s sobre a temática indígena.

As sugestões do professor Edson Silva nos traz reflexões sobre o quão importante é discutir em sala de aula sobre a questão indígena, como também sugere observar as concepções dos/as alunos/as e professores/as sobre quem é o índio. Vê-se que ainda hoje, quase dez anos depois da Lei 11.645/ 2008, não se tem uma discussão sobre os povos indígenas e não se tem uma formação adequada aos docentes para se trabalhar as relações etnicorraciais ainda mais em sistemas de ensino situados em regiões com presença indígena,

3.OBJETIVOS

⁵ Consulta realizada por email e respondida pelo Prof. Edson Silva em 02/06/2017.

3.1 Objetivo Geral:

Identificar como é trabalhada a temática indígena nas escolas municipais de Redenção (CE) e analisar os tipos de abordagem utilizadas por docentes e gestores/as, considerando o contexto da lei 11.645/2008.

3.2 Objetivos específicos:

- Identificar quais informações e concepções sobre os povos indígenas são trabalhados pelos/as professores/as e equipe pedagógica da escola;
- Identificar e analisar o Projeto Político Pedagógico da escola na abordagem da temática indígena
- Descrever as metodologias e estratégias didáticas utilizadas pelos os/as professores/as e equipe pedagógica para abordar a temática em sala de aula e nos eventos escolares;
- Verificar a temática indígena no Plano Municipal de Educação, observando se há formação dos/as professores/as na temática indígena;
- Mapear os livros didáticos utilizados pela escola analisando a abordagem do tema
- Identificar se os programas e projetos desenvolvidos na escola contemplam a temática indígena.

4. PROBLEMATIZAÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA

Os povos indígenas no Nordeste do Brasil foram considerados extintos ao final do século XIX, obrigados a se inserir à massa populacional do campo e da cidade, ~~em~~ ~~seus~~ classificados como caboclos, e até mesmo obrigados a trabalhar como camponeses como afirma Edson Silva:

Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras, ora trabalhando no cultivo sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-tetos vieram ocupar as periferias dos centros urbanos (SILVA, 2003, p. 43)

Essa invisibilidade indígena na região ocorreu devido ao processo de assimilação e extinção de vários povos, pois foram obrigados a se desvincular da sua cultura, do seu modo de viver, por consequência dos latifundiários que usurparam suas terras,

Assim, vários povos indígenas no Nordeste, invisíveis desde fins do século XIX, teceram uma história de resistência étnica afirmada nas primeiras décadas do século XX (Arruti,1995), em razão das pressões que recebiam com o avanço do latifúndio sobre as suas pequenas propriedades, sítios e glebas de terras onde permaneceram resistindo, mobilizaram-se para exigirem seus direitos históricos negados (SILVA,1995, p. 43).

No início do século XX os indígenas situados na região nordeste foram tidos como extintos, mas a partir dos anos de 1920 com o reconhecimento do povo Fulni-ô seguido dos Pankararu, ambos em Pernambuco, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), é que os povos reaparecem no cenário indigenista oficial, devido aos processos de emergência étnica. Sobre “emergência étnica” podemos compreender do seguinte modo:

o ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente “miscigenados” ou “definitivamente aculturados” e que, de repente, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos ou recursos (Rossens 1989; Pérez 2001; Bartolomé 2004).

Na literatura antropológica as emergências étnicas também são explicadas por um fenômeno social, político e cultural chamado de *etnogênese*, sendo um

processo de emergência histórica de um povo que se auto define em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições culturais, muitas das quais apropriadas da colonização e relidas pelo horizonte indígena (SILVA, 2003, p.43).

Para Miguel Bartolomé (2006), as etnogêneses são resultado de um processo que defini o dinamismo coletivo de uma determinada cultura em uma sociedade, ou seja, a evolução cultural dos grupos étnicos por conta de processos de invasão, assimilação, sofrido por aquele determinado povo, podemos citar o índios do nordeste que passam por esse processo de reconstrução de suas identidades culturais,

Referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pelas sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados análise antropológica. Na verdade, a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política nacionais da atualidade (BARTOLOMÉ, 2006, p. 40).

Esse conceito nos mostra a diversidade dos fatores sociais, culturais, políticos que nos explicam quem são os povos indígenas, e como a constituição desses povos sofre diferentes processos de transformações de acordo com o cenário e contexto político que se encontram:

a adoção de numerosos traços materiais e simbólicos da sociedade envolvente não implica o enfraquecimento automático das identidades étnicas, mas sua reformulação em um novo contexto que ela qualifica como “cultura do contato”. Todavia, a antropologia e as políticas públicas tenderam a esquecer, ou a não reconhecer, essas presenças étnicas não mais redutíveis aos arquétipos indígenas nacionais representados pelas. Assim, as etnogêneses nordestinas não foram senão a emergência política de identidades étnicas antes irreconhecíveis para o exterior devido à transfiguração cultural (BARTOLOMÉ, 2006, p. 40).

A presença indígena no Nordeste, nos mostra a necessidade de se repensar o processo de colonização e tentativa de extinção desses povos, que durante décadas foram subalternizados e oprimidos por um sistema que negou a presença indígena na região e mesmo com toda a opressão de 500 anos conseguiram manter estratégias e formas de se organizarem para manter sua identidade étnica.

Em relação as estratégias e dinâmicas sociais que permitiram a emergência étnica a partir do século XXI, João Pacheco de Oliveira explica que os povos indígenas do Nordeste sofreram um processo violento de assimilação, não eram considerados índios, por estarem juto a massa da população regional e obrigados a negar sua identidade por conta da opressão vivida por eles. Aos índios do nordeste considerados como “índios misturados” foram atribuídos uma série de preconceitos por não serem considerados “índios puros”, desconsiderando o processo violento de colonização, os índios eram sertanejos pobres e sem acesso à terra, bem como desprovidos de forte contrastividade cultural (OLIVEIRA, 1998).

O problema era a invasão dos colonos nas terras indígenas por mais de dois séculos, e ficou muito difícil reestabelecer os territórios indígenas ocupados por fazendas e desconstruir a ideologia de índios não puros estabelecidos na sociedade. Como afirma João Pacheco, “no Nordeste, o desafio à ação indigenista é restabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não índios das áreas indígenas, desnaturalizando a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania (OLIVEIRA,1998,p.53).

Para este autor, os processos contemporâneos de reorganização sociocultural destes povos podem ser explicados por meio do conceito de territorialização. Para ele:

Nesse sentido, a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA,1998, p.55)

A partir do que explica Oliveira (1997), é possível entender como estes povos passaram por um processo de reafirmação identitária, mas ocorre que no senso comum há uma expectativa do que é “ser

índio”, pois o entendimento da população no geral sobre essa identidade está ligada ao modo “de aparecer” e não “de ser” como explica o antropólogo Viveiros de Castro (2006). Este pensamento está vinculado como a mídia mostra o indígena para a sociedade, estereotipando, descrito no passado e associando ele a características como selvagem, desnudo, exótico, definido pelo fenótipo e não pela cultura, fazendo surgir uma discussão de “quem é índio” e “quem não é índio”. Segundo Viveiros de Castro (2006, p.5) “ índio não é uma questão de coca de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante, mas sim uma questão de “estado de espírito”. Um modo de ser e não um modo de aparecer, podemos observar nas relações sociais através da territorialidade como nos traz em seu texto:

Um modo de ser e não um modo de aparecer. Na verdade, algo mais (ou menos) que um modo de ser: a indianidade designava para nós um certo *modo de devir*, algo essencialmente invisível mas nem por isso menos eficaz: um movimento infinitesimal incessante de diferenciação, não um estado massivo de “diferença” anteriorizada e estabilizada, isto é, uma identidade(VIVEIROS,2006, p.5)

Na teoria de Barth (1989) as “fronteiras” estabelecem ligações em comum entres os grupos étnicos, cada um com seu significado e sua forma de alteridade individual e coletiva para se reafirmar diante das outras sociedades. Trata-se de compreender essa dinâmica de interação que ocorre entre a ligação de memória e os traços culturais, como ocorre com os povos indígenas no Nordeste. Nenhuma cultura é isolada como afirma Barth e Miguel Bartolomé.

Mas, se a cultura é dinâmica para todas as coletividades, se a identidade se constrói nas relações de contato, porque a escola ainda insiste na cristalização da imagem dos povos indígenas? A presença dos povos indígenas no Brasil é uma questão que interfere diretamente no Estado e na própria sociedade porque a pluralidade cultural e linguística que ele representa ameaça a ideia de civilização e de Estado Nação. A forma de rotular a figura do indígena com características a ele atribuída ao longo do seu processo histórico, que não correspondem à realidade, mostra como o colonizador submeteu a cultura indígena a uma hierarquização da sua raça, ou seja, transformou o indígena em um ser inferior que precisava ser “civilizado” e esse pensamento ainda é vigente no século XXI. A presença dos povos indígenas atrapalha a lógica do Estado-Nação, pois a existência destes povos reivindicando seus territórios vai contra o modelo de Estado único imposto pelo projeto colonizador, essa reivindicação ameaça diretamente o mercado de terras para o agronegócio, segundo Paul E. Little

“a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial.” (LITTLE, 2002, p.2)

Diante destas análises trazidas pelos autores consultados para fundamentar o meu problema de pesquisa, cabe insistir mais na seguinte indagação: qual a importância de se trabalhar a temática indígena na escola e quais os equívocos vigentes até hoje e as possibilidades de realizar uma educação voltada para a compreensão da pluralidade étnica e racial no nosso país.

A construção dessa educação no Brasil passa pelo reconhecimento dos sujeitos oprimidos historicamente como protagonistas de suas lutas, quando se reafirmaram politicamente através do movimento indígena possibilita a nós o reconhecimento da sociodiversidade brasileira. Trabalhar a temática indígena engloba valores e práticas educativas que rompem com o etnocentrismo eurocêntrico que nos fez acreditar em uma hegemonia cultural e política. Sobre isto, o historiador Edson Silva vai analisar que

nesse sentido, poderíamos elencar muitos motivos que justificam a inclusão do debate sobre a diversidade étnico-racial nas escolas de educação básica, todavia, pensamos em dois motivos que a nosso ver tem grande relevância: primeiro, se a escola hoje é pensada também como locus de formação dos valores humanísticos, éticos, sociais e políticos é seu dever contribuir para o fim de qualquer tipo de preconceito e discriminação de ordem étnica ou racial; segundo motivo reside na obrigatoriedade expressa nos documentos no âmbito nacional e internacional que propõem a coibição de práticas educativas, discriminatórias, ou aludir a comportamentos semelhantes (SILVA, 2013, p.182).

Com base nesse debate teórico compreendemos que trabalhar na escolas as questões etnicorraciais quebraremos parâmetros rumo ao reconhecimento da diversidade, ensinando a respeitar as diferenças em uma sociedade plural. Trabalhar a temática indígena em sala de aula é reconhecer a necessidade de práticas educativas para a construção de relações interculturais em uma perspectiva crítica, onde a interculturalidade possa ser pensada como um espaço de questionamentos de relações de poder (SILVA, 2013).

5. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa insere-se no campo das Ciências Sociais e Humanas e tem interesse teórico-metodológico nos processos envolvidos na sociedade, observados através das ações sociais e educacionais desenvolvidas em espaço escolar. Em outras palavras, este projeto busca fazer uma investigação diretamente relacionada a um contexto que estou inserida e que despertou uma série de questões problemas que, para serem identificados, estudados e compreendidos faz-se necessário o uso do método qualitativo. Segundo Minayo,

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2002, p.57)

A pesquisa tem como objetivo identificar como é trabalhada a temática indígena nas escolas municipais de Redenção através da análise sobre os tipos de abordagem utilizadas por docentes e gestores/as, considerando o contexto da lei 11.645/2008. A instituição selecionada para realizar a pesquisa é a Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dr. Edmilson Barros de Oliveira, situada na área urbana Redenção. A escola foi escolhida por ter o Ensino Fundamental e ser uma das unidades que atende o maior número de estudantes da área urbana.

Será desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica e documental e da pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica trata-se de um embasamento teórico, a busca do conhecimento que já foi publicado e é de suma importância para a pesquisa. Neste projeto tem como objetivo ampliar e concluir o processo de revisão da literatura, tanto em relação aos conceitos que utilizo, como em relação a publicação de pesquisas em temas relacionados ao meu. Para elaborar este projeto realizei um levantamento de trabalhos acadêmicos no meu tema, autores que trabalham com a temática indígena na escola. Já iniciei este levantamento e pude verificar que há poucos trabalhos acadêmicos sobre o meu tema específico que é a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas no Ceará, e focando no maciço de Baturité, pude observar, nesta pesquisa preliminar, que não há trabalhos acadêmicos sobre a região mesmo sabendo que existem povos indígenas. Nas conversas iniciais que tive com professoras e gestoras nas escolas de Redenção, também percebi que não há uma preocupação na rede pública para tratar com abordagem contemporânea o assunto em sala de aula.

Mas, em relação a produção teórica, tenho encontrado um material importante a exemplo dos trabalhos de Silva e Penha (2013) sobre a lei 11.645/08, e também tem sido útil o trabalho de autores sobre a temática indígena de um modo geral, pois eles subsidiam na formação histórica e antropológica sobre este tema, como Joao Pacheco (1999), Bartolomé (2006), Gersen Baniwa Luciano (2006), Viveiros de Castro (2001), Edson Silva (2003).

A partir deste levantamento preliminar, na execução da pesquisa irei dar continuidade à revisão bibliográfica e fazer uma seleção mais adequada e direcionada aos objetivos da pesquisa.

A pesquisa documental será direcionada à documentação escolar que me permitirá observar como a temática indígena tem sido ou não trabalhada, como por exemplo o Projeto Político Pedagógico, relatório dos/as professores/as e da coordenação pedagógica, trabalhos de alunos/as, com a devida autorização para o

acesso a esta documentação. Além destes, a análise da Base Nacional Curricular Comum para verificar em que medida a temática indígena é considerada na legislação nacional e a repercussão desta no cotidiano de desenvolvimento curricular na escola.

Também me interessa pesquisar nos documentos das Secretaria Municipal de Educação, como o documento da política municipal, projetos e relatórios da formação de professores/as promovidas pela Semed para identificar se contem algo da temática indígena.

Na pesquisa de campo pretendo buscar o máximo de informações para compreender o porquê da ausência ou pouca abordagem da temática indígena numa perspectiva mais contemporânea, articulada com o movimento indígena. Segundo Minayo

“O trabalho a campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar conhecimento, partindo da realidade do campo” (2008, p.51).

Esta etapa irá compreender alguns procedimentos como entrevista, observação, oficinas e análise do material didático.

Como explica Minayo (2008), as entrevistas são formas de diálogo no trabalho de campo, desenvolvem um contato mais próximo entre o/a pesquisador/a e os/as interlocutores/as. A autora explica que a entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Utilizarei entrevista semi-estuturada, isto é, um roteiro de questões para orientar o diálogo, com três objetivos: i) identificar as concepções sobre o que é o indígena; ii) saber como é percebida a temática na escola; iii) saber como se dá o processo de implementação da Lei 11.645/08 na escola.

As entrevistas serão com a diretora da escola, uma coordenadora pedagógica, e três professores/as, das áreas de pedagogia e de história, podendo ampliar para outras áreas no curso da pesquisa. Algumas questões para o roteiro das entrevistas:

- A escola trabalha a questão indígena? Como?
- O Projeto Político Pedagógico da escola aborda o ensino da temática indígena?
- Qual a sua concepção de indígena?
- Tem material didático disponível que aborda a questão indígena? Quais?
- Na sua opinião, quais os desafios que escola encontra para a implementação da Lei 11.645?

- Você conhece os povos indígenas no Ceará?
- [Caso trabalhado a temática] é por orientação da gestão? Ou é iniciativa de cada professor/a?

Outro procedimento será uma análise nos livros didáticos utilizados pela escola para ver qual a qualidade da informação sobre os índios no material disponibilizado na escola e se os professores, mesmo sem o material a apropriado, desenvolvem métodos que possa discutir essa temática na contemporaneidade.

Já a observação será do tipo participante e ocorrerá através de uma oficina com um grupo de cerca de 15 alunos/as do Ensino Fundamental sobre as concepções deles a respeito do indígena. Na perspectiva de Minayo,

“A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno no observador para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (2008, p. 51).

A intenção é observar por meio do diálogo e da produção de imagens, o imaginário que está presente sobre os povos indígenas. Pretende-se iniciar a oficina solicitando ao grupo que represente com desenhos e frases o que sabem e pensam sobre quem é o índio no Brasil, se sabem se no Nordeste e no Ceará tem povos indígenas. Depois discutir coletivamente as produções e finalizar apresentando para o grupo informações sobre os índios no Ceará, seus modos de vida, rituais, história. Se possível, convidar uma professora indígena da região para participar da oficina.

6. CRONOGRAMA

Mes/Etapas	jan	fev	mar	Abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Visita à escola para autorização e planejamento	x											
Pesquisa bibliográfica e documental		x	x	X								
Pesquisa de Campo		x	x	X	x	x						

Análise dos dados			x		x		x					
Redação do trabalho							x	x	x	x		
Revisão e redação final											x	
Entrega da monografia												x
Apresentação do trabalho												x

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais que trago neste projeto refere-se as contribuições da banca que avaliou este projeto. Primeiro, registrar que no desenvolvimento da pesquisa será necessário aprofundar a literatura na área da Educação para auxiliar na identificação e análise de como ocorre a transposição didática dos conteúdos sobre a questão indígena para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Segundo, focar a pesquisa para os desafios enfrentados pelos professores/as no cotidiano escolar em articulação com a discussão sobre a formação dos/as professores para a implementação da Lei 11.645/08. Ou seja, observar que o debate sobre a importância da Lei já está colocado, o relevante será discutir como tem ocorrido a sua implementação.

7. REFERENCIAS

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana* 12(1): 39-68, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a02v12n1.pdf>>. Acesso em 2016.

FERNANDES, Aladino. “**Desenrola essa corrente e deixa o índio trabalhar**” **História e Organização do Movimento Indígena do Ceará** (Trabalho de Conclusão de Curso/Projeto de Pesquisa/BHU/UNILAB), 2017.

MINAYO, Maria C. **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

SILVA, Edson. Povos Indígenas no nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. **Mneme - Revista de Humanidades** v.4-N.7-fev/mar, 2003. Disponível em: < <https://periodicos.ufn.br/mneme/article/view/163>>. Acesso em 2017.

SILVA, Edson. Povos indígenas: História, culturas e o ensino a partir da lei 11.645. **Historien** UPE/Petrolina, v.7,p.39-49,2012. Disponível em: < <http://www.espacociencia.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/04/TextoIndios.pdf>>. Acesso em 2017.

SILVA, Edson; Silva, Maria da Penha da (Orgs.). **A temática indígena em sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013

OLIVEIRA FILHO, J. P (Org). **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *Mana*, vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade, **Série Antropologia**, nº 322. Brasília, UnB: 2002.

LUCIANO, Gersm dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: < http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET12_Vias01WEB.pdf>. Acesso em set.2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é**. Instituto Socioambiental, 2001. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf